

# Assalariado pode ter menor penalização

O ministro Delfim Netto propôs na próxima segunda-feira às lideranças do PDS e do PTB a adoção de um conjunto de expurgos, atingindo a todos os índices. Entre eles a correção monetária e o INPC. A concretização das medidas será feita de forma a penalizar menos os assalariados.

Em várias conversas, os deputados Nelson Marchezan e Ivete Vargas concordaram com a diretriz das mudanças, mas esperam a reunião com Delfim para se certificarem se a preocupação em distribuir os sacrifícios, de acordo com a capacidade de cada setor de suportá-lo, estará atendida.

Na terça-feira, o presidente Figueiredo na audiência que concedeu, fora da agenda, ao ministro Leitão de Abreu e a Marchezan, estabeleceu as linhas gerais do pacote. O PTB ainda tem esperanças de que o INPC não seja mexido. Segundo o vice-líder Gastone Righi, o governo controlando, os preços e baixando os juros etc reduzirá a inflação e em consequência o INPC cairá automaticamente.

O PTB está elaborando propostas alternativas a serem levadas à

reunião com Delfim. Elas serão previamente discutidas com o PDS para a definição de uma posição comum. Marchezan declarou, ontem, que o governo está sendo sensível e acatando as ponderações dos dois partidos.

## PROJETO

Além disso, o projeto em tramitação na Câmara, de autoria do deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), já votado em primeira discussão, acrescenta um novo complicador à questão, como observou o assessor do Palácio do Planalto.

O projeto estabelece que a fórmula de cálculo do INPC seja uma lei aprovada pelo Congresso e que qualquer alteração que ela vier a sofrer tenha que passar pelo legislativo. Há ainda uma segunda votação na Câmara e o projeto deverá ir também ao Senado Federal. Mas os políticos estão considerando seriamente a questão e o deputado Eduardo Suplicy encaminhando ontem cópias de seu projeto aos gabinetes do Ministro Leitão de Abreu e Delfim Netto, pedindo "respeito ao Congresso" e que o governo não altere a fórmula de cálculo do INPC, até que se esgotem as discussões no Congresso Nacional.

## FORMULA PARA CORREÇÃO

O assessor do Ministério do Planejamento explicou que, caso o governo não adote o expurgo, pode prevalecer um dos pontos atualmente em estudos: a volta de uma fórmula para cálculo da correção monetária, como existia até meados de 1980. Atualmente, a ORTN é um índice político, decidido entre os ministros do Planejamento e da Fazenda, com a aprovação do Palácio do Planalto.

A antiga fórmula de fixação da correção monetária incluía 80 por cento da evolução do Índice de Preços por Atacado — IPA, no cálculo da FGV, e mais uma projeção de 20 por cento. O IPA era expurgado, refletindo em 2 por cento sobre a correção monetária. Isso, não tinha impacto diretamente sobre os salários, e era feito numa época em que a inflação era de 35 por cento, sem qualquer reação, segundo o colaborador do Ministério do Planejamento.

Numa inflação anual de 160 por cento, o expurgo que se pretende para o INPC terá reflexos sobre os salários, com onus político elevado para o governo, explicação de um dos assessores ouvidos.